

A DESQUALIFICAÇÃO DO AUTISTA PELO DISCURSO RELIGIOSO: IMPLICAÇÕES DE ESTIGMA E INCLUSÃO PERVERSA

THE DISQUALIFICATION OF AUTISTIC INDIVIDUALS BY RELIGIOUS DISCOURSE: IMPLICATIONS OF STIGMA AND PERVERSE INCLUSION

LA DESCALIFICACIÓN DE LAS PERSONAS AUTISTAS POR EL DISCURSO RELIGIOSO: IMPLICACIONES DEL ESTIGMA Y DE LA INCLUSIÓN PERVERSA

Rodrigo Vieira de Freitas

- Graduado em psicologia, pedagogia e teologia. Mestrando em ciências da religião pela universidade metodista de São Paulo. Integrante do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social - NEXIN/PUC-SP e do Núcleo de Estudos da Deficiência - NED/UFSC.
- E-mail: rodrigofreitaspsi@gmail.com.

Janaína Brito de Assis Freitas

- Mestranda em ciências da religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Participa do grupo de Estudos de Gênero e Religião MANDRÁGORA -. Cursando graduação em Serviço social pela UNIBF – União Brasileira de Faculdades. Teóloga, membro da Rede Brasileira de Teólogas.
- E-mail: janainaassisfreitas@gmail.com.

RESUMO

Este estudo analisa o discurso de dois pastores pentecostais amplamente divulgados nas mídias sociais, que associam o autismo a influências malignas e promovem exorcismos como intervenção. Reflete-se sobre como essas narrativas impactam a compreensão social do autismo, reforçam estigmas e sustentam uma inclusão perversa, condicionada à “cura” dos autistas. A pesquisa, de abordagem qualitativa interdisciplinar, integra análise do discurso, psicologia social e o paradigma da neurodiversidade. Os dados, extraídos de materiais audiovisuais, foram analisados tematicamente. Os resultados indicam que tais discursos reforçam exclusões simbólicas e barreiras à inclusão genuína.

Palavras-chave: Autismo; Discursos Religiosos; Estigma; Neurodiversidade; Inclusão Perversa.

ABSTRACT

This study examines the discourse of two Pentecostal pastors widely shared on social media, associating autism with malign influences and promoting exorcisms as intervention. It reflects on how these narratives shape social perceptions of autism, reinforce stigma, and sustain a perverse inclusion conditioned on autistic individuals’ “healing.” The qualitative interdisciplinary research integrates discourse analysis, social psychology, and the neurodiversity paradigm. Data from audiovisual materials were thematically analyzed. Findings indicate that such discourses reinforce symbolic exclusions and barriers to genuine inclusion.

Keywords: Autism; Religious Discourses; Stigmas; Neurodiversity; Perverse Inclusion.

RESUMEN

Este estudio analiza el discurso de dos pastores pentecostales ampliamente difundido em redes sociales, que asocian el autismo con influencias malignas y promueven exorcismos como intervención. Se reflexiona sobre cómo estas narrativas afectan la comprensión social del autismo, refuerzan estigmas y sustentan una inclusión perversa, condicionada a la “cura” de los autistas. La investigación cualitativa e interdisciplinaria integra análisis del discurso, psicología social y el paradigma de la neurodiversidad. Se analizaron temáticamente datos de materiales audiovisuales. Los resultados muestran que estos discursos refuerzan exclusiones simbólicas y barreras para una inclusión genuina.

Palabras clave: Autismo; Discursos Religiosos; Estigmas; Neurodiversidad; Inclusión Perversa.

INTRODUÇÃO

Como o discurso religioso pode impactar a forma como pessoas autistas são vistas e compreendidas em nossas sociedades? No Brasil, onde a religiosidade desempenha um papel central na vida de muitas comunidades, essa questão adquire particular relevância. O autismo é uma condição neurodesenvolvimental que afeta milhões de pessoas, exigindo abordagens que promovam respeito e limites. Entretanto, no contexto religioso, narrativas que associam o autismo a influências malignas ou forças sobrenaturais ainda persistem, reproduzindo estigmas e contribuindo para práticas de exclusão.

O objetivo deste estudo se concentra em analisar discursos de dois pastores pentecostais amplamente divulgados nas mídias sociais, os quais vinculam o autismo a forças malignas e as práticas de exorcismo. Busca-se compreender como esses discursos reforçam estigmas sociais e sustentam o que Bader Sawaia (2002) denomina “inclusão perversa”. O termo descreve situações em que indivíduos são formalmente aceitos em uma estrutura social, mas somente sob condições que neguem ou distorçam sua identidade.

A pesquisa segue uma metodologia qualitativa interdisciplinar, combinando análise do discurso, psicologia social, análise temática e o paradigma da neurodiversidade. Baseia-se em materiais audiovisuais de discursos religiosos compartilhados nas mídias sociais, buscando identificar expressões e formações discursivas que reforçam o estigma contra pessoas autistas. Embora focado em um contexto específico, o estudo dialoga com debates mais amplos sobre inclusão genuína e o papel das instituições religiosas.

Os referenciais teóricos que fundamentam incluem o conceito de estigma, desenvolvido por Erving Goffman (1963), que permite a análise dos processos de desvalorização social enfrentados por pessoas autistas. Também se destaca a perspectiva de Bader Sawaia (2002) sobre a dialética exclusão-inclusão e o sofrimento ético-político, que aborda as dimensões sociais e subjetivas da exclusão, relacionando-as às vivências de injustiça e privação. Além disso, Pierre Bourdieu (2009) contribui com o conceito de poder simbólico, que explica como certas narrativas e práticas discursivas

podem naturalizar desigualdades, legitimando estruturas de dominação e exclusão. Complementando essas reflexões, o paradigma da neurodiversidade, introduzido por Judy Singer (1999), sugere uma alternativa ao modelo biomédico, ao valorizar as diferenças neurológicas como parte integrante da diversidade humana.

Estruturado em quatro seções principais. A primeira apresenta a fundamentação teórica, explorando os conceitos que embasam o estudo da exclusão social e da neurodiversidade. Na segunda seção, são detalhados os procedimentos metodológicos, com ênfase na seleção e análise do corpus de discursos religiosos. A terceira realiza uma análise crítica desses discursos, destacando suas estratégias linguísticas e as influências sociais decorrentes. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados, discutimos as implicações das narrativas religiosas para a construção de representações sociais sobre o autismo e apontamos caminhos para futuras investigações.

Como proposição, defende-se que práticas religiosas inclusivas só serão possíveis por meio da desconstrução de narrativas estigmatizantes e da valorização da diversidade neurológica como uma expressão legítima da humanidade. Com isso, esperamos contribuir para um debate que desafie a manutenção de estigmas e promova o acolhimento respeitoso, no corpo social e religioso. Este artigo é resultado da produção científica de um autor autista e de uma autora com TDAH¹, refletindo um compromisso com a inclusão de diferentes perspectivas no estudo emancipatório².

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estigma e identidade social em Erving Goffman

Inicialmente, Erving Goffman, e Estigma: notas sobre a manipulação da

1 O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por padrões persistentes de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, que interferem no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional. O diagnóstico é clínico e baseado em critérios descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), sendo essencial uma avaliação criteriosa que considere o impacto funcional dos sintomas em múltiplos contextos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023).

2 O paradigma emancipatório aborda a deficiência como uma questão política e de direitos humanos, deslocando o foco das limitações individuais para as barreiras sociais e estruturais que restringem a participação plena das pessoas com deficiência. Essa perspectiva desafia as concepções tradicionais, propondo uma transformação social que promova inclusão e acessibilidade (Oliver, 1992).

identidade deteriorada (1963), explora o estigma como um espectro social que emerge da disparidade entre a identidade social virtual — isto é, as expectativas normativas da sociedade — e a identidade social real, que reflete as características concretas manifestadas pelos indivíduos. Essa incongruência gera uma marca depreciativa, dificultando a acessibilidade e o reconhecimento social e, conseqüentemente, promovendo a exclusão e a marginalização. Esta análise fornece uma base teórica relevante para compreender como narrativas culturais e religiosas reproduzem formas de discriminação direcionadas a grupos vulneráveis, como as pessoas autistas.

O autor categoriza o estigma em três grupos principais. O primeiro refere-se às condições físicas visíveis, como deficiências ou marcas corporais. Além disso, o segundo engloba características associadas ao comportamento ou ao caráter, incluindo transtornos psíquicos e atitudes percebidas como convencionais. Por outro lado, a terceira abordagem é sobre associações “tribais”, vinculadas a elementos como etnia, origem familiar ou religião. Apesar de suas diferenças, essas categorias apresentam a característica de reduzir a identidade do indivíduo à marca estigmatizante, obscurecendo outras dimensões de sua pessoa. Essa estrutura teórica é importante para perceber como os discursos religiosos utilizam essas categorias no fortalecimento de posições e barreiras sociais.

Outro aspecto relevante na teoria de Goffman (1963) é a distinção entre os diferentes grupos sociais afetados pelo estigma. Ele descreve os “normais” como aqueles que não carregam a marca e, portanto, desempenham um papel central na manutenção das normas sociais excludentes. Além disso, os “iguais” são aqueles que seguem a mesma condição estigmatizada e buscam apoio mútuo. Por outro lado, os “informados” incluem indivíduos que, embora não carregam o estigma diretamente, possuem proximidade ou envolvimento com ele, como familiares ou profissionais. Essa categorização ilumina as dinâmicas sociais que sustentam ou desafiam a estigmatização, oferecendo um quadro analítico para compreender as implicações dos discursos religiosos.

Nos discursos religiosos analisados, que associam o autismo a influências espiritualmente negativas, as categorias do autor ajudaram a revelar as funções sociais dessas narrativas. Os “normais” assumem o papel de legitimadores das práticas excludentes, enquanto os “iguais” são frequentemente silenciados ou marginalizados. Além disso, os “informados” apresentam uma posição ambivalente, podendo fortalecer

ou questionar as narrativas dominantes, dependendo de sua proximidade com os estigmatizados e da profundidade de sua compreensão sobre a neurodiversidade.

A análise goffmaniana também destaca a influência do estigma na identidade social dos indivíduos. O conceito de identidade deteriorada demonstra como as marcas pejorativas não são apenas controladas pelas finanças sociais, mas também prejudicam a construção de uma autoimagem positiva. Por outro lado, em contextos onde discursos religiosos vinculam o autismo a desvios morais ou espirituais, essas diferenças se intensificam, prejudicando ainda mais o bem-estar emocional e social das pessoas autistas e de suas famílias.

Por fim, sua teoria permite compreender como o estigma é fortalecido por narrativas culturais que atribuem características depreciativas a condições neurológicas. Essas representações moldam a percepção pública e mantêm desigualdades sociais ao promover normas excludentes. A referida teoria possibilita a compreensão dos efeitos desses sermões sobre as relações sociais e a valorização das diferenças neurológicas, destacando a necessidade de práticas mais inclusivas e respeitosas.

Sofrimento Ético-Político e a Dialética Exclusão/Inclusão em Bader Sawaia

De forma complementar, a compreensão das dinâmicas de exclusão e inclusão se amparam no aprofundamento nas contribuições teóricas de Bader Sawaia (2002), particularmente em sua obra “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social”. A autora apresenta uma abordagem que desafia a simplificação do conceito de exclusão, destacando sua complexidade como um processo contraditório e sonoro. Nesse contexto, a exclusão não é vista apenas como afastamento ou segregação, mas como uma condição que dialoga diretamente com processos de inclusão, formando uma relação indissociável que ela denomina de “inclusão perversa”.

Essa “inclusão perversa” é caracterizada por um tipo de inserção que ocorre sob condições marcadas pela desigualdade e pela privação, reforçando uma lógica estrutural que perpetua a injustiça social. Segundo Sawaia (2002), os indivíduos não

são simplesmente afastados do sistema social; ao contrário, eles são integrados em posições subalternas, que reafirmam as posições e sustentam a ordem social desigual. Essa visão desafia interpretações reducionistas de marginalização como uma mera ausência de participação social, propondo que a inclusão, quando se dá de maneira perversa, pode ser tão opressiva quanto a exclusão em si.

A autora elucida que essa dinâmica é sustentada por um processo que combina elementos objetivos, como a desigualdade material e econômica, com dimensões subjetivas, incluindo a vivência do sofrimento ético-político. Esse conceito, central à obra de Sawaia (2002), destaca como as injustiças sociais se traduzem em experiências emocionais que vão além da dor individual, refletindo opressões coletivas. Nesse sentido, o sofrimento ético-político funciona como um indicador das contradições sociais, conectando as estruturas de desigualdade às vivências cotidianas dos indivíduos.

Outro aspecto dessa abordagem é a introdução da dimensão ética na análise das relações sociais. Para Sawaia (2002), a exclusão é também uma manifestação de descompromisso político com o sofrimento humano, evidenciado em práticas que legitimam a desigualdade e a opressão. Narrativas que culpabilizam os indivíduos por sua situação, por exemplo, reforçam uma lógica de exclusão ao desviar a atenção das estruturas que fornecem e mantêm essas condições. Nesse sentido, Sawaia (2002) propõe um olhar que integra as dimensões subjetivas e objetivas da exclusão, confirmando que a vivência do sofrimento é profundamente enraizada em contextos sociais e históricos.

A lógica dialética de exclusão/inclusão proposta é particularmente relevante para analisar discursos que associam o autismo a influências espirituais negativas. Aplicando as retóricas, pode-se atribuir a perspectiva da perpetuação dos estigmas, com a dimensão de uma inclusão que condiciona a liberdade social à conformidade com valores e normas dominantes.

Sendo assim, ao situar essas reflexões no contexto da análise dos discursos religiosos selecionados, este artigo explora como tais narrativas operam para manter estruturas de exclusão mascaradas de inclusão. A perspectiva de Sawaia (2002) fornece um referencial teórico robusto para compreender as interseções entre subjetividade, ética e desigualdade, permitindo uma leitura crítica das formas como a exclusão

é legitimada e reproduzida em diferentes esferas sociais. Essa abordagem busca ampliar o debate sobre práticas inclusivas, destacando a necessidade de considerar e valorizar as singularidades das pessoas autistas em suas interações sociais e culturais.

História do autismo: origem e evolução do conceito

Historicamente, o entendimento científico sobre o autismo foi consolidado pela descrição do quadro clínico feito por Leo Kanner (2012), amplamente reconhecido como o responsável pela definição inicial do diagnóstico. Em seu texto original publicado em 1943, Kanner descreveu um conjunto de comportamentos observados em crianças, caracterizado por um “forte desejo de solidão e resistência a mudanças” (Kanner, 2012, p. 168). Essa conceituação inclui casos como o de Donald T., descrito como “extremamente autístico” (Kanner, 2012, p. 120), mas ainda sem uma nomenclatura formal para o que estava sendo aplicado (Donvan e Zucker, 2017, p. 20). Com base nessas observações, Kanner cunhou o termo “distúrbio autístico do contato afetivo” e distribuiu os alicerces do diagnóstico psiquiátrico.

Esse diagnóstico surge a partir de um diálogo constante entre Kanner e os pais das crianças observadas, especialmente Mary Triplett, mãe de Donald. Kanner desempenhou o papel ativo dos pais na descrição minuciosa dos comportamentos de seus filhos, valorizando suas narrativas como elementos centrais para a construção da compreensão clínica do autismo. Contudo, as interações iniciais, marcadas por parceria e acolhimento, gradualmente deram lugar a uma narrativa de culpabilização, especialmente das mães. Essa mudança foi influenciada pelas teorias psicanalíticas predominantes na época, que atribuíam o autismo a falhas na maternagem, consolidando a figura da “mãe geladeira” como responsável pelos distúrbios de desenvolvimento (Donvan e Zucker, 2017, p. 91).

A narrativa de culpabilização teve repercussões significativas, fazendo com que muitas mães fossem estigmatizadas e restauradas dos processos de tratamento de seus filhos. Em instituições especializadas, como as que seguiram o modelo Lovaas³, a exclusão

3 O Modelo Lovaas é uma abordagem de intervenção comportamental intensiva desenvolvida por Ivar Lovaas, baseada nos princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Foi um dos primeiros métodos utilizados para tratar crianças com autismo, especialmente no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas.

das mães foi justificada pela ideia de que estas preferencialmente seriam compensadas por uma “maternidade terapêutica” oferecida pelos profissionais (Donvan e Zucker, 2017, p. 113). Os autores comunicam que com o avanço das décadas, o surgimento de grupos de apoio entre mães de crianças autistas contribuiu para a formação de uma nova contra-narrativa, desafiando a noção de culpabilização parental e enfatizando o papel das famílias como protagonistas no tratamento e na defesa de direitos.

Donvan e Zucker (2017), explicam que posteriormente, nos anos 1980, o autismo começou a ser amplamente divulgado pela mídia, associado a novas abordagens terapêuticas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), proposta por Ivar Lovaas. A divulgação de uma taxa de sucesso de 47% atribuiu a esse método fomentou um movimento de ativismo parental em torno da disseminação da ABA como a única terapia eficaz para o autismo (Donvan e Zucker, 2017, p. 262). De acordo com os autores, esse ativismo culminou em pressões políticas e jurídicas por intervenções baseadas nesse modelo, que se tornaram predominantemente no tratamento do autismo em muitos países.

No contexto atual, com o início do novo milênio, pesquisadores como Mottron (2004) e Maleval (2017) criaram um questionamento sobre interpretações deficitárias e normocêntricas do autismo, propondo abordagens que valorizassem as subjetividades e as vivências dos próprios autistas. Essa mudança foi acompanhada pelo fortalecimento do movimento da neurodiversidade, que defende uma visão do autismo como uma variação periódica do funcionamento humano, em vez de uma patologia a ser corrigida (Ortega e Vidal, 2009; Singer, 2017).

Neurodiversidade: perspectivas e contribuições contemporâneas

Em oposição às abordagens tradicionais, a neurodiversidade surgiu como uma resposta crítica às concepções biomédicas e patologizantes historicamente predominantes na compreensão do autismo. Essa perspectiva foi inicialmente articulada pela socióloga australiana Judy Singer no final da década de 1990. Singer

dinâmica o conceito de “neurodiversidade” para descrever as variações neurológicas como aspectos naturais da diversidade humana, enfatizando que essas diferenças não devem ser reduzidas a deficiências ou doenças (Singer, 1999).

Além disso, o termo neurodiversidade ganhou força em um contexto marcado por debates sobre inclusão social, lutas pelos direitos civis e a crescente popularização da internet, que facilitou a organização de redes de apoio entre indivíduos neurodivergentes. Esses fatores somaram para que o conceito se consolidasse como uma ideia social, política e acadêmica, desafiando visões tradicionais e promovendo uma abordagem centrada na flexibilidade e valorização das singularidades neurológicas (Ortega e Vidal, 2009; Singer, 2017).

Por outro lado, Nick Walker, em sua obra *Neuroqueer Heresies* (2021), amplia a compreensão da neurodiversidade ao explorar suas implicações filosóficas e culturais. Argumentando que o paradigma da neurodiversidade desafia as normas sociais que privilegiam determinadas formas de funcionamento mental em detrimento de outras. Segundo a autora, reconhecer as diferenças neurológicas como legítimas e valorizar a subjetividade dos indivíduos neurodivergentes são passos fundamentais para construir uma sociedade mais equitativa e inclusiva (Walker, 2021).

Em sua produção também é apresentado o conceito de neuroqueer, que conecta a neurodiversidade às discussões sobre identidade e desconstrução de normatividades. Essa concepção defende uma resistência ativa às imposições sociais que tentam moldar os comportamentos e as identidades de indivíduos neurodivergentes, promovendo, em vez disso, o prejuízo na liberdade de expressão dessas pessoas (Walker, 2021). A partir dessa perspectiva, a neurodiversidade não é apenas uma questão de saúde ou diagnóstico, mas também uma luta política e cultural por reconhecimento e direitos.

Com o avanço do século XXI, o debate sobre neurodiversidade passou a influenciar discussões mais amplas sobre inclusão e diversidade em diversos contextos sociais. Essa abordagem busca desconstruir barreiras simbólicas e materiais que perpetuam a exclusão de indivíduos neurodivergentes, ao mesmo tempo em que destaca a importância de políticas públicas que garantem acesso e suporte sem

exigência de adaptação aos padrões neurotípicos (Ortega e Vidal, 2008; Singer, 2017).

Em síntese, essa perspectiva defende que as intervenções em pessoas neurodivergentes sejam orientadas pela promoção da autonomia, respeito às especificidades individuais e fortalecimento da identidade. Essa postura contrasta com práticas que buscam “normalizar” comportamentos ou minimizar diferenças, enfatizando, em vez disso, a necessidade de compreender o autismo como uma forma legítima de existência humana. Promovendo uma transição de paradigmas, que desafia não apenas a patologização, mas também a desumanização de indivíduos neurodivergentes (Walker, 2021; Ortega e Vidal, 2009).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com foco na análise crítica do discurso, método que busca desvelar como as estruturas de linguagem e formações discursivas reproduzem ou contestam relações de poder, estigmas e exclusões sociais. Nesse sentido, a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (2009) foi incorporada para analisar como o capital simbólico molda discursos religiosos, legitima práticas excludentes e reforça posições sociais, perpetuando preconceitos contra pessoas autistas.

O corpus da pesquisa é composto por dois discursos religiosos compartilhados em plataformas digitais, transcritos e devidamente referenciados: o primeiro, que associa o autismo a uma suposta “visita demoníaca ao ventre das mães”, e o segundo, que defende o “exorcismo de crianças autistas” como forma de cura. Esses discursos foram selecionados para representarem narrativas estigmatizantes que não apenas refletem preconceitos e exclusões, mas também induzem ações de “inclusão perversa” nas comunidades religiosas.

Os critérios de análise foram definidos com base em abordagens teóricas complementares. A perspectiva de Erving Goffman (1963) foi utilizada para identificar elementos de estigmatização e discrepâncias entre identidades sociais reais e virtuais. Bader Sawaia (2002) revelou as bases para entender o

sofrimento ético-político e a dialética entre inclusão e exclusão. O paradigma da neurodiversidade criado por Judy Singer (1999) orientou uma reflexão sobre as barreiras enfrentadas por pessoas autistas e os desafios de uma inclusão genuína. Bourdieu (2009), por sua vez, permitiu explorar as dinâmicas de poder presentes nos discursos religiosos, analisando como o uso de vocabulários simbólicos e estratégias discursivas perpetuam a desumanização de indivíduos autistas.

Seguindo etapas específicas. Primeiro, os discursos foram transcritos e segmentados em trechos temáticos para facilitar a identificação de padrões linguísticos e simbólicos. Em seguida, fez-se uma transferência inicial, destacando categorias discursivas como vocabulários estigmatizantes, metáforas religiosas e justificativas para práticas discriminatórias. Posteriormente, as categorias narrativas foram articuladas com os conceitos teóricos adotados no estudo, destacando como esses discursos favorecem exclusões ao rejeitar a pessoa autista em sua integralidade.

Ademais, verificamos as narrativas centrais dos discursos, que associam o autismo a influências malignas e práticas de exorcismo. Essas narrativas foram comprovadas à luz de suas implicações éticas e sociais, evidenciando como a construção discursiva religiosa pode servir como ferramenta de dominação simbólica e manutenção de barreiras às facilidades plenas da neurodiversidade.

Sendo assim, as interpretações foram confrontadas com a literatura científica, utilizando uma validação cruzada que incluiu estudos sobre estigmatização, neurodiversidade e exclusão/inclusão. Esse processo garantiu o rigor e a fundamentação teórica da análise, ao mesmo tempo em que evidenciou a relação entre a linguagem religiosa, o poder simbólico e as dinâmicas de exclusão social.

ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO

A filósofa Ivone Gebara (2017) nos apresenta uma perspectiva complexa e contraditória sobre o papel da religião na sociedade. Segundo a autora, a religião atua simultaneamente como fonte de vida e morte. Por um lado, ela pode ser um espaço de acolhimento, comunidade e sentido para muitos indivíduos, oferecendo consolo,

esperança e um sistema de valores. Por outro lado, a religião também pode ser utilizada para justificar opressões, desigualdades e violências, promovendo dogmas e fundamentalismos que limitam a liberdade individual e coletiva. Essa dualidade, presente na própria natureza humana, torna a religião um fenômeno ambíguo, capaz de gerar tanto sofrimento e dor ou vida e esperança.

Análise do discurso 1

Trecho investigado: Washington Almeida, pastor evangélico da igreja Assembleia de Deus em Tucuruí, localizada no estado do Pará. Em uma celebração no dia 12 de junho de 2024, em comemoração de 90 anos da igreja, o pastor afirma: que o autismo é causado por uma (visita do diabo) ao ventre da mãe.

Transcrição e segmentação temática

De cada 100 crianças que nascem, temos um percentual gigantesco de pessoas e ventres manipulados, visitados pela escuridão, que distorcem ainda no ventre. As crianças, hoje, de cada 100, temos aí quase que 30% de autistas em vários graus. O que está acontecendo, pr. Washington? O diabo está visitando o ventre das desprotegidas, aqueles que não têm a graça, a habilidade, a instrumentalidade para saber lidar com o mundo espiritual. E ele só procura os vulneráveis e os desassistidos. (SBT Notícias, 18 Jul. 2024).

Codificação inicial e identificação das categorias discursivas

A transcrição foi analisada e segmentada em categorias discursivas, buscando identificar elementos como vocabulários, metáforas e justificativas que sustentam estigmas e práticas de exclusão. Nesse processo, foram evidenciadas três categorias principais que estruturam os discursos analisados. A primeira refere-se aos vocabulários estigmatizantes, que reforçam percepções discriminatórias. A segunda trata da justificativa religiosa para exclusão, frequentemente usada como argumento

para legitimar a segregação sob uma perspectiva espiritual. Finalmente, destaca-se o deslocamento da responsabilidade social para a dimensão espiritual, um mecanismo que transfere o foco da inclusão para uma abordagem metafísica⁴, afastando-se de soluções práticas e sociais. Essas categorias foram interpretadas e articuladas com referenciais teóricos, permitindo uma análise mais aprofundada sobre como o discurso impacta práticas sociais e reforça a exclusão.

Vocabulários estigmatizantes

O discurso utiliza expressões como “ventres manipulados” e “visitados pela escuridão”, que atribuem um caráter pejorativo às mães e às crianças autistas. Pierre Bourdieu (2009) argumenta que o poder simbólico opera por meio de denominações que naturalizam as desigualdades sociais, legitimando-as como parte da ordem natural. Nesse sentido, tais expressões funcionam como classificações simbólicas que reforçam exclusões ao atribuir uma conotação moral negativa às condições de vulnerabilidade social. Goffman (1963) complementa ao identificar esses termos como marcadores de estigma, desumanizando e culpabilizando os indivíduos afetados.

Nesse intento, palavras como “desprotegidas” e “vulneráveis” reforçam a percepção de incapacidade, criando um estigma moral que transfere a responsabilidade individual às mães, desconsiderando os contextos estruturais. Estudos de Marcia Torres Neri Soares e José Reinaldo de Araújo (2021) apontam que narrativas religiosas com essa carga simbólica intensificam exclusões sociais e preconceitos, dificultando a aceitação plena da pessoa com deficiência.

Justificativa religiosa para exclusão

A atribuição do autismo a uma origem demoníaca, como na frase “o diabo está visitando o ventre das desprotegidas”, desloca a discussão de fatores científicos e

4 A abordagem metafísica remete ao campo da filosofia que busca compreender a realidade em sua totalidade, explorando aspectos que transcendem a experiência empírica. Ela investiga conceitos como a existência, a essência, a causalidade e o propósito último das coisas, sendo amplamente desenvolvida por filósofos como Aristóteles, que definiu a metafísica como o estudo do “ser enquanto ser” (Aristóteles, 2001), e posteriormente por autores como Descartes e Kant, que ampliaram as discussões sobre a relação entre o físico e o transcendente.

sociais para uma interpretação metafísica. Essa estratégia discursiva exemplifica o que Bourdieu (2009) chama de doxa, ou seja, a imposição de um sistema de integração que legitima desigualdades estruturais por meio da autoridade simbólica da religião.

Narrativas dessa natureza contradizem o paradigma da neurodiversidade (Singer, 2017; Walker, 2021), que propõe uma abordagem inclusiva e valorizadora das diferenças neurológicas. Conforme Ortega e Vidal (2009), os espiritualizantes frequentemente deslegitimam lutas por direitos, reforçando barreiras ao reconhecimento das demandas sociais de indivíduos neurodivergentes.

Deslocamento da responsabilidade social para a dimensão espiritual

Ao afirmar que a ausência de “graça” espiritual das mães é causa de sofrimento, o discurso transfere responsabilidades sociais para o âmbito individual. Para Goffman (1963), essa prática construiu uma identidade social virtual, que marginaliza ainda mais as famílias, enquanto Bourdieu (2009) salienta que o deslocamento para o campo espiritual perpetua dinâmicas de exclusão ao desviar a atenção de desigualdades estruturais.

Walker (2021) destaca que essa retórica impede avanços na implementação de políticas públicas inclusivas, enquanto Sawaia (2002) destaca que a negação do direito à diferença intensifica o sofrimento ético-político, privando os indivíduos de condições de reconhecimento de pleno direito social.

Interpretação teórica

A análise evidencia como os vocabulários estigmatizantes, as justificativas religiosas e o deslocamento de responsabilidades, interagem para fortalecer exclusões. Pierre Bourdieu (2009) salienta a compreensão das dinâmicas de poder simbólico, que legitimam práticas discriminatórias por meio da naturalização de desigualdades, enquanto Goffman (1963) explora os impactos do estigma na construção das identidades sociais.

Essas implicações contradizem o paradigma da neurodiversidade

(Singer, 2017; Walker, 2021) e perpetuam uma inclusão perversa, ao vincular a acessibilidade à conformidade com normas excludentes. A legitimação religiosa dessas práticas ressalta a urgência de confrontar discursos que ocultam desigualdades estruturais sob o véu de uma retórica espiritualizada.

Análise do Discurso 2

Pio Francisco de Carvalho é uma figura influente no cenário religioso brasileiro contemporâneo. Natural de Cruzeiro D'Oeste (PR), fundou a Comunhão Cristã Abba em 1994, na cidade de Curitiba, onde a denominação se consolidou como uma das maiores da região, reunindo milhares de igrejas. Além de sua liderança religiosa, Pio possui uma formação acadêmica diversificada, com títulos internacionais, incluindo um doutorado honoris causa pela Latin University of Theology, na Califórnia, e um MBA em Princípios Cristãos Aplicados à Liderança pela Spei (UOL, 18 de out. 2024).

O discurso de Pio, contudo, gerou polêmicas, especialmente no que se refere a posicionamentos considerados capacitistas, conforme apontado em reportagem do UOL (2024). Sua defesa de conceitos relacionados à “igreja primitiva” é frequentemente acompanhada de interpretações teológicas que deslegitimam os conhecimentos técnico-científicos, promovendo visões normativas que impactam diretamente as comunidades marginalizadas, como as pessoas autistas. Esta análise também possibilita explorar compreensão de como narrativas religiosas contribuem para o debate sobre o papel da religião na formação de estigma.

Transcrição e segmentação teórica

Não fique bravo comigo, e qualquer coisa o pastor vai explicar para você. Chegou uma irmã e disse assim, pastor, eu fiz uma pós, da pós (se referindo ironicamente a formações em pós-graduação) e eu sou uma especialista para trabalhar com crianças especiais, especialmente crianças autistas.

E eu falei para ela, trabalhar com o quê? Falei, com crianças autistas. O que é isso? Você nunca ouviu falar, pastor, de criança autista? Falei, não. Meu avô morreu com 94 anos e ele nunca ouviu isso. Não, pastor, como assim? Eu fiz curso, os médicos agora falam isso, tem laudo, são crianças laudadas. Eu não sei o que é isso. Ela olhou para mim assim. Eu tenho 29 alunos na minha turma, 29 crianças. Eu falei assim, inclusive, pastora, eu quero dar uma sugestão. A igreja precisa ter uma classe para tratar com essas crianças especiais. E ouvindo ela, eu falei assim, posso dar uma sugestão? Pode. Você é professora? Sou. Os pais colocam essa criança, a escola coloca essa criança nas suas mãos. Põe óleo, elas vão entrando na salinha, põe a mão na cabeça dela e diz assim, eu te abençoo em nome de Jesus Cristo, Espírito maligno, sai dele agora em nome de Jesus. Meses, ela vem falar comigo. Vem daí, minha irmã, tudo bem? Tudo bem. E perguntam às crianças. Pastor, tinha um que estava com sete anos, não falava. Falava. Outro não prestava atenção. Outro não fazia continha. Outro não conseguia ler. O outro... E agora? Pastor, dos 29, eu só tenho quatro na minha sala. O que não falava está falando com todo mundo, abraça todo mundo, briga com todo mundo. O que não fazia continha está virando um matemático. O outro... Hello? Sabe essa tempestade lá fora que quer colocar dentro da igreja e que a igreja se molde com aquilo que está lá fora? E a igreja vai comendo isso com farinha, como se fosse verdade. A igreja vai comendo isso com farinha, como se fosse verdade (UOL, 18 de out. 2024).

Vocabulário estigmatizante e estratégias narrativas

A análise inicial do discurso destaca um vocabulário repleto de ironia e descrédito em relação às práticas técnico-científicas e ao reconhecimento do autismo como uma condição legítima. Termos como “pós da pós” são usados repetidamente para desacreditar a formação acadêmica e a especialização na área. A pergunta “o que é isso?” reforça a negação da existência do autismo, associando-o a um modismo contemporâneo desnecessário.

Com base em Goffman (1963), essa construção linguística opera como uma estratégia para reforçar estigmas, enquadrando o autismo como um fenômeno questionável e colocando em dúvida sua legitimidade científica. Além disso, as metáforas usadas pelo pastor, como “colocar na salinha e ungir com óleo,”

estabelecem uma narrativa de exclusão simbólica ao tratar o autismo como algo a ser corrigido ou eliminado por meio de práticas espirituais.

Soares e Araújo (2021) indicam que a utilização de ironias e metáforas religiosas, como observadas no discurso, contribui para reforçar preconceitos e para deslegitimar pessoas com deficiência. Esses elementos evidenciam a intenção de deslocar a responsabilidade social para uma dimensão espiritual, influenciando narrativas que excluem essas pessoas de uma integração digna.

Identificação de Categorias de Estigma

De acordo com Goffman (1963), o discurso analisado explora múltiplas categorias de estigma, reforçando preconceitos e dificultando a inclusão de crianças autistas. A narrativa, ao atribuir comportamentos inadequados e incapacidades às crianças, reproduz estigmas de caráter individual. Ao responsabilizar as famílias pela falta de sucesso no desenvolvimento, reforça estigmas associados à família, ignorando o papel de estruturas sociais mais amplas. Consequentemente, a crítica ao “modismo” científico evidencia outro estigma social, deslegitimando a busca por inclusão e respeito às diferenças neurológicas. Essa construção discursiva, ao culpar famílias e educadores por não seguirem orientações religiosas, contribui para uma visão negativa e reducionista do autismo.

Estigmas de caráter individual

A ênfase em comportamentos como “não fazia continha” e “não prestava atenção” reflete uma visão patologizante, que reduz a identidade do indivíduo a suas dificuldades. Goffman (1963) aponta que esse tipo de estigma reforça a discrepância entre a identidade social virtual – expectativas da sociedade – e a identidade real. A descrição dos comportamentos das crianças autistas na fala do pastor revela uma tentativa de desacreditar sua capacidade de inclusão em ambientes educacionais e sociais, possibilitando a compreensão de que elas devem ser “corrigidas” para se ajustarem à normalidade. Estudos como os de Singer (2017) destacam que a

valorização das diferenças é essencial para combater essas narrativas, promovendo uma inclusão que respeite a neurodiversidade.

Estigmas associados à família

A responsabilidade atribuída às famílias, especialmente à mãe, para “ungir” seus filhos e garantir melhorias comportamentais exemplifica o deslocamento da responsabilidade social para uma dimensão espiritual. Sawaia (2002) afirma que esse tipo de discurso amplia o sofrimento ético-político, ao transferir a culpa por supostos fracassos de desenvolvimento para as famílias, em vez de reconhecer a necessidade de suporte social e político. Essa narrativa é particularmente prejudicial, pois desconsidera as condições estruturais que influenciam o desenvolvimento infantil, criando um ambiente de exclusão simbólica e culpabilização.

Estigmas sociais amplos

A crítica ao “modismo” do autismo e à ciência é um exemplo claro do que Goffman (1963) denomina de “negação da legitimidade social”. Ao questionar a existência do autismo e ridicularizar diagnósticos médicos, o discurso reforça preconceitos que dificultam a implementação de políticas públicas inclusivas. Ortega e Vidal (2009) salienta que essas narrativas deslegitimam as experiências de pessoas autistas, promovendo uma visão simplista que ignora a complexidade das interações sociais e as barreiras enfrentadas.

Validação Cruzada com a Literatura

A análise encontra eco na literatura que discute os impactos de discursos religiosos no reforço de exclusões. Tais implicações se opõem ao conceito de neurodiversidade (Singer, 2017; Walker, 2021) e reforçam uma integração superficial, ao subordinar a acessibilidade à adaptação a padrões restritivos. A validação religiosa dessas ações destaca a importância de desafiar narrativas que dissimulam

desigualdades estruturais sob o pretexto de espiritualidade.

Além disso, a perspectiva de Singer (1999) sobre a importância de reconhecer as diferenças neurológicas como irrefutáveis contrasta diretamente com as narrativas religiosas analisadas, que tratam o autismo como um desvio moral ou espiritual.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE DOS DISCURSOS

Os discursos religiosos trazem reflexões da dinâmica complexa da segmentação da violência e da exclusão social de pessoas autistas e suas famílias. Ao associar o autismo a forças demoníacas ou a uma falha na fé, percebe-se uma destituição do senso crítico para com a temática, aproximando-se do que Hannah Arendt (1994) define como a banalidade do mal⁵. A deslegitimação do conhecimento científico e a imposição de padrões normativos religiosos configuram uma forma de violência estrutural que impede a plena inclusão social. Essa dinâmica, como aponta Bader Sawaia (2002), configura uma “inclusão perversa”, na qual a aceitação é condicionada à renúncia da própria identidade.

Ambos os discursos proferidos pelos pastores Washington Almeida e Pio Francisco de Carvalho exemplificam o conceito de “inclusão perversa” de Bader Sawaia (2002), no qual a aceitação ocorre sob condições opressoras que negam a diversidade. As categorias de estigma definidas por Goffman (1963) mostram como essas narrativas desqualificam moral, espiritual e socialmente as pessoas autistas, criando barreiras ao reconhecimento de suas especificidades e direitos.

Todavia evidenciamos a necessidade urgente de desconstruir discursos que mascaram exclusões como práticas inclusivas e promover uma compreensão ética e inclusiva da neurodiversidade. Os discursos analisados reforçam a importância de um debate crítico que explore as intersecções entre religião, neurodiversidade e inclusão, visando construir espaços que acolham as diferenças sem reduzi-las a explicações patologizantes ou estigmatizantes.

5 O conceito de “banalidade do mal” foi desenvolvido por Hannah Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1994). Arendt argumenta que o mal pode manifestar-se de maneira rotineira e impessoal, como resultado da conformidade a ordens e da ausência de reflexão crítica, exemplificado pelo comportamento de Adolf Eichmann, burocrata nazista responsável pela logística do Holocausto.

E O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS?

Os discursos religiosos anteriormente apresentados ressaltam como narrativas que associam o autismo a dimensões espirituais ou que deslegitimam avanços científicos podem reforçar estigmas e perpetuar exclusões. Nessa perspectiva, as mídias sociais desempenham um papel central na amplificação dessas mensagens. Plataformas como Facebook, Instagram e YouTube não apenas aumentam o alcance de sermões e conteúdos pastorais, mas também servem como veículos que reforçam normas discriminatórias e sustentam estruturas opressivas, como observado nos discursos analisados (Castells, 2011).

Ao mesmo tempo, as redes sociais operam como espaços de disputa simbólica, onde significados podem ser tanto reforçados quanto desconstruídos. Embora essas plataformas ampliem o alcance de discursos religiosos que desumanizam e estigmatizam, elas também oferecem uma oportunidade para contestação. A interação entre usuários pode levar à problematização e à crítica de narrativas dominantes, permitindo que vozes dissidentes emergem e questionem o status quo (Castells, 2011, p. 119-21).

Ou seja, a democratização do acesso ao conteúdo religioso, proporcionada pelas mídias sociais, é uma faca de dois gumes. Por um lado, ela possibilita que reflexões sobre justiça social e inclusão alcancem públicos mais amplos; por outro, favorece a disseminação de ideias que reforçam preconceitos de gênero e exclusões sociais. Assim, as redes sociais podem tanto promover avanços em prol da igualdade quanto promover desigualdades, dependendo de quem detém o controle do discurso e de como ele é difundido (Castells, 2011, p. 543).

Essa dualidade das mídias sociais destaca sua relevância na disseminação de narrativas religiosas que podem subsidiar exclusões ou impulsionar debates críticos. Compreender e atuar sobre essa dinâmica é essencial para confrontar discursos que naturalizam desigualdades e fortalecer práticas que promovam uma inclusão genuína.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a influência dos discursos religiosos proferidos

por pastores pentecostais⁶ sobre estigmas e exclusões relacionadas ao autismo, com ênfase nas narrativas que patologizam comportamentos, culpabilizam famílias e deslegitimam avanços científicos. Identificou-se como essas falas reforçam a violência simbólica, configurando formas de exclusão mascaradas como práticas inclusivas.

Demonstrou-se que, ao interpretar o autismo sob lentes espirituais ou demonizantes, a religião pode legitimar a exclusão social e dificultar o reconhecimento das especificidades e dos direitos dos autistas. Essas falas desumanizam pessoas com deficiência, negligenciam a neurodiversidade e aprofundam o sofrimento ético-político.

Os resultados confirmaram que as narrativas religiosas comprovadas promovem uma “inclusão perversa”, onde a acessibilidade é condicionada à adaptação a normas hegemônicas, ignorando o paradigma da neurodiversidade. Além disso, destacou-se o papel ambivalente das mídias sociais, que tanto amplificam discursos excludentes quanto servem como espaço para disputas simbólicas e debates críticos.

A hipótese inicial, de que discursos religiosos podem promover práticas excludentes sob o pretexto de inclusão, foi confirmada. Conclui-se que esses discursos perpetuam preconceitos e dificultam a implementação de práticas inclusivas naturalmente.

Nesta direção o estudo reforça a urgência de desconstruir discursos que legitimam a exclusão e de promover uma ética de inclusão que respeite e valorize a diversidade humana. Ele constitui um ponto de partida para debates críticos sobre a interseção entre religião, neurodiversidade e inclusão, além de oferecer subsídios para a construção de práticas que reconheçam a dignidade e os direitos das pessoas autistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR**. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

6 Segundo Ricardo Mariano (2014), os pentecostais, ao contrário dos protestantes históricos, acreditam que a ação de Deus, mediada pelo Espírito Santo e em nome de Cristo, permanece ativa nos dias atuais de forma semelhante ao período do cristianismo primitivo. Essa crença inclui práticas como a cura de doenças, a expulsão de demônios, a concessão de dons espirituais e milagres, além de interações diretas com os fiéis, evidenciando o poder e a bondade divina.

- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CASTELLS, M. **Comunicação e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DONVAN, J; ZUCKER, C. **In a different key: the story of autism**. New York: Crown Publishers, 2017.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Isabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- GEBARA, I. **Mulheres, religião e poder: ensaios feministas**. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1963.
- KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943.
- MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. Editora Edições Loyola, 2014.
- MOTTRON, L. **Changing perceptions: the power of autism**. New York: Oxford University Press, 2004.
- NEUMEIER, S; BROWN, L. Exorcism and exclusion: the perpetuation of stigma in religious discourse on autism. **Journal of Religion and Disability**, v. 5, n. 2, p. 105-123, 2020.
- OLIVER, M. Changing the social relations of research production? **Disability, Handicap & Society**, v. 7, n. 2, p. 101-114, 1992.
- ORTEGA, F; VIDAL, F. Neurodiversity: Between problematisation and normalisation. **BioSocieties**, v. 4, n. 4, p. 425-445, 2009.
- SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SILBERMAN, S. **Neurotribes: the legacy of autism and the future of neurodiversity**. New York: Avery, 2015.

SINGER, J. Why can't you be normal for once in your life? From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. In: CORKER, Mairian; FRENCH, Sally (orgs.). **Disability discourse**. Buckingham; Philadelphia: Open University Press, 1999. p. 59-67.

SINGER, J. **Neurodiversity: the birth of an idea**. 2. ed. Judy Singer Editor, 2017

SOARES, M. T. N; ARAÚJO, J. R. de. Demonização e sobrenaturalidade: influências religiosas na/para concepção de deficiência. **Caminhos – Revista de Ciências da Religião**, v. 19, n. 1, p. 55-69, 2021. DOI: 10.17643/Caminhos-2021v19n1p55-69.

SBT NEWS. **Pastor é denunciado após dizer que autismo é “o diabo visitando o ventre das mães”**. YouTube, 2024. Disponível em: <https://youtu.be/4neMgibngpQ?si=IEzptBkctcQpYqnCT>. Acesso em: 12 nov. 2024.

UOL. **Pastor faz fala capacitista, diz que autismo não existe e defende ‘expulsar o espírito maligno’**. YouTube, 2024. Disponível em: https://youtu.be/PKJIAI4unfw?si=gb6vVDBBF_QNSH7a. Acesso em: 12 nov. 2024.

UOL. Quem é pastor que associou autismo a “espírito maligno” em igreja. **Notícias UOL**, 21 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/10/21/quem-e-pastor-que-associou-autismo-a-espírito-maligno-como-e-sua-igreja.htm>. Acesso em: 27 nov. 2024.

WALKER, N. **Neuroqueer heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities**. Fort Worth: Autonomous Press, 2021.